

## **FACES DO CATOLICISMO**

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher <sup>1</sup>

SOUZA, ROGÉRIO LUIZ DE; OTTO, CLARICIA (Orgs.). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008. 376 p.

Por longo tempo banidos da Academia Brasileira, em decorrência do Positivismo e de um Marxismo mal digerido que nos dominavam, os estudos relativos à religião de maneira geral e ao cristianismo em particular encontraram lugar definitivo nos estudos universitários brasileiros, não só da parte de antropólogos e sociólogos, mas também de historiadores. Exemplo disso é o volume preparado por Rogério Luiz de Souza e Claricia Otto e que conta com contribuições de Riolando Azzi, Ivan Aparecido Manoel, Élio Cantalício Serpa, Paulo Pinheiro Machado, Sara Nunes, Michelle Maria Stakonski, Alceu Kaspary, Altamiro Antônio Kretzer, Camilo Buss Araújo, José Adilçon Campigoto, Caroline Jaques Cubas, Clarice Bianchezzi, Rangel de Oliveira Medeiros.

O resultado é plural, tanto no tocante às temáticas apresentadas quanto no que diz respeito às abordagens, mas também quanto à pluralidade que na atualidade está por detrás do conceito “catolicismo”. Assim, o título da coletânea de trabalhos faz jus ao conteúdo, mas também ao próprio catolicismo com o qual nos deparamos em Santa Catarina. Por outro lado, a coletânea é exemplar e sua montagem é mérito a ser creditado aos organizadores. Não só conseguiram organizar coletânea que nos leva dos primórdios do catolicismo em Santa Catarina até os dias atuais, mas permitem também ao leitor uma visão geral do catolicismo, no qual a Igreja Católica Apostólica Romana de Santa Catarina está inserida.

Além disso, por trás da coletânea há reflexão didático-pedagógica. Mesmo que ela não tenha sido expressa pelos organizadores, há preocupação em fornecer com o volume a possibilidade de introdução geral ao estudo do catolicismo. Por isso, consegue-se divisar professores universitários valendo-se desta obra para, com seu auxílio, realizar seminários introdutórios ao estudo do catolicismo e aos pressupostos teórico-metodológicos. O volume também será indispensável para aqueles professores de História da Igreja, atuantes em Faculdades de Teologia ou em Seminários Teológicos, que querem levar seus estudantes a uma compreensão mais acurada das razões de o catolicismo brasileiro ter as características que tem.

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS).

É óbvio que uma resenha jamais pode apresentar o todo de uma obra. Por isso, as pinceladas que seguem querem ser um aperitivo que convida à consulta e à leitura atenta do que resultou do esforço de Souza e Otto e dos autores por eles convidados para a aventura que foi a montagem do livro.

A contribuição de Riolando Azzi tem caráter introdutório. Verifica os esforços do catolicismo na transição entre Império e República para superar o catolicismo popular e moldar os crentes católicos no contexto das decisões do Concílio de Trento. São os primórdios da romanização. Depois, Azzi acentua a fundação de novas dioceses, consequência natural do projeto de romanização, no qual se passa do popular-devocional para o hierárquico-sacramental. Os esforços feitos no tocante à romanização são exemplificados nos aspectos da educação masculina e feminina, na vida familiar e na formação religiosa. Braço essencial à romanização, a formação das dioceses recebe destaque na segunda parte do estudo. Por intermédio delas, vai se expressar o zelo pela doutrina, pela disciplina e a presença da Cúria romana, em constante luta com o catolicismo popular. Nessas tarefas, contudo, os bispos mostram-se mais como representantes de “uma aristocracia decadente” em meio a uma sociedade em que valores democráticos buscavam romper com o protocolar, o que explica muitas contradições.

As contribuições que seguem podem ser consideradas observações mais detalhadas do texto introdutório de Azzi, mas também discussões, concordâncias e discordâncias de seus pressupostos, e é bom que assim seja. A Academia vive do debate e só ele proporciona novos avanços.

Ivan Aparecido Manoel vai destacar justamente a criação de paróquias e dioceses. Elas são fundamentais para a superação do popular-devocional e para a instalação do institucional-sacramental. Contudo, em virtude da amplitude dos conteúdos de seu texto e das temáticas tangenciadas, abre flancos para inúmeras discussões e para que se pergunte pelas razões de privilegiar alguns aspectos enquanto outros são deixados de lado. Sua tese é a de que o catolicismo acompanha a história do Brasil desde os primórdios, o que é inquestionável, mas deixa de verificar que o que considera “sincretismo” é aspecto fundamental para a compreensão do catolicismo no Brasil desde o seu princípio. Os fundamentos cristãos-novos de nosso catolicismo não podem ser esquecidos. Por isso, a leitura corretamente feita de que a educação foi fundamental para a implantação das dioceses e para a romanização não se coaduna com a leitura de que a romanização tenha sido reconquista do que antes havia. Diga-se, porém, que é a leitura que enriquece a discussão.

Com os textos de Azzi e de Manoel, os editores prepararam importante arena para discussão. Com o primeiro dos três textos de Rogério Luiz de Souza, o livro vai do geral para o particular, o que é sua intenção. Souza tem o grande mérito de, desde a primeira linha, levar o leitor a entender o projeto da instalação

da diocese de Florianópolis num contexto de luta por poder, mas de um poder entendido como projeto civilizador. Assim, acompanhando Azzi, vê o surgimento e o desenvolvimento da diocese num contexto de luta por superação do catolicismo popular, entendendo-se os fundadores da diocese e seus colaboradores no contexto de um projeto civilizador e moderno, mesmo que o antimodernismo propalado pelo *Syllabus* sempre esteja presente. Fartamente documentada, sua exposição é exemplar e evidencia as contradições ou coerências: a mesma Igreja que civiliza, silencia diante do genocídio indígena e caboclo. Neste último caso diga-se: Contestado; ou nacionaliza, assumindo o discurso da ditadura varguista.

Élio Cantalício Serpa exemplifica a romanização do catolicismo em Santa Catarina na implantação de “nova sensibilidade religiosa, burocratizada de alto a baixo” (p.?). Instruções emanadas de Roma criaram Igreja hierárquica até as últimas consequências, excluindo dela o popular.

Clarícia Otto traz-nos, em texto primoroso, contribuição significativa para a história da educação no Brasil ao apresentar-nos a participação de franciscanos na educação formal em Santa Catarina. Essa contribuição é significativa, pois dá destaque justamente ao franciscanismo, já que normalmente são os jesuítas que aparecem na história da educação. Em Santa Catarina esse papel é desempenhado pelos franciscanos. São eles que aí vão atuar com o professor paroquial, criar seminário para a formação de professores, associação de professores, produzir material didático, enfrentar a nacionalização do ensino, promover a romanização, discutir com o fascismo italiano.

Se até esta última contribuição sobressaem romanização e educação como temáticas de estudo, a partir da contribuição de Paulo Pinheiro Machado, mesmo permanecendo o pano de fundo da romanização, outros aspectos começam a aflorar para nos mostrar as faces do catolicismo catarinense. Pinheiro Machado mostra como freis franciscanos empenhados na romanização, atuando na região do Contestado, enfrentam-se com a religião cabocla, legítima expressão do catolicismo popular e com a política dos coronéis da região. O autor nos dá importante contribuição ao acentuar a importância de uma leitura diferenciada dos discursos e dos posicionamentos dos frades.

Como importante complemento às leituras de Pinheiro Machado, Sara Nunes preocupa-se com as sensibilidades religiosas, apoiando-se no “caso Canozzi” ocorrido na serra catarinense, em 1902. A partir do assassinato do caixeiro-viajante Ernesto Canozzi e de seu empregado, mortos na estrada que ligava Lages a Porto Alegre, posteriormente cultuados pela população serrana como milagreiros, a autora descortina todo o universo religioso da região, destacando a religião leiga que, no início do século XX, entra em choque com a religião romanizada, embate do qual ainda participam maçonaria e espiritismo.

A temática do popular e de seu choque com o romanizado continua a estar presente na exposição de Michele Maria Stakonski, exemplificada na Irmandade do Rosário, em Florianópolis. Aqui ficam evidenciadas as tensões que marcaram a transição do catolicismo tradicional e popular para o catolicismo romanizado, submetendo, afinal, as irmandades, símbolo do catolicismo tradicional, ao poder clerical.

A Era Vargas vai ser tangenciada com a segunda contribuição de Rogério Luiz de Souza ao evidenciar que, na pessoa do arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira, o Estado varguista teve importante aliado. Ao aliar-se a Vargas, o arcebispo não só consolidou suas posições hierárquicas, mas também deu espaço para a concretização da intolerância, do enquadramento, do controle e perseguição da ditadura dos anos trinta e quarenta do século XX, apoiando plenamente a opressão aos grupos étnicos presentes em Santa Catarina. Já a terceira contribuição do mesmo autor dá atenção aos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, quando a Igreja Católica do estado catarinense, no concerto do catolicismo brasileiro, vai dar especial atenção ao mundo rural, buscando imprimir ética social capaz de interferir na relação capital/trabalho, cidade/campo. O estudo aponta também para as contradições desses esforços que preparam o posterior advento da Teologia da Libertação.

Alceu Kaspary verifica o golpe de 1964 e o envolvimento da arquidiocese de Florianópolis, dando destaque a seu discurso contra o governo João Goulart, a sua efetiva participação na concretização do golpe e a seu discurso legitimador pós-golpe.

A efervescência dos anos pós-1964 está presente nas contribuições que seguem. Altamiro Antônio Kretzer confronta-nos com a formação para o sacerdócio em Santa Catarina, exemplificando-a nas marcas deixadas pela formação proporcionada no Seminário do Azambuja, em Brusque, em diferentes gerações de seminaristas, dando-lhes voz. Camilo Buss Araújo verifica o engajamento social católico no período sob a perspectiva das relações de Igreja e trabalhadores em Florianópolis, cuidando de oferecer ao leitor panorama das alterações que vai sofrendo essa atuação social. No desdobramento das novas posturas que a efervescência vai exigindo, José Adilçom Campigoto apresenta-nos a atuação da Comissão Pastoral da Terra, e Caroline Jaques Cubas verifica as transformações pelas quais passou e passa a vida religiosa feminina, especialmente em solo catarinense, no exemplo das experiências de formação das Irmãs da Imaculada Conceição. Clarice Bianchezzi ilustra, ao nos apresentar a Comunidade de Religiosas Fraternidade Esperança, os conflitos surgidos no interior de muitas congregações religiosas quando, sob a influência do Vaticano II e das resoluções da Conferência Episcopal de Medellín (1968), grupos de religiosas começam a fundar comunidades inseridas nos meios populares.

O volume conclui com contribuição de Rangel de Oliveira Medeiros que prepara, em nossa leitura, com sua introdução aos novos campos de disputa que se manifestam para a Igreja Católica na busca por fatias do mercado religioso da pós-modernidade, novas pesquisas. Partindo da trajetória de suas avós, Medeiros introduz ao estudo da Renovação Carismática Católica e ao Movimento Pentecostal. Pena é que ainda não intente, para usar a terminologia de Paul Freston, uma leitura da terceira onda pentecostal e sua influência no catolicismo catari-nense, mas isso é história dos tempos presentes.

Resumindo: Souza e Otto prepararam belo volume que merece ser lido, estudado, debatido e... continuado.